Pré-construído e discurso-transverso: ferramentas de derrisão em uma charge de Latuff

Aracy Ernst-Pereira* Marchiori Quevedo**

Resumo

A partir da análise de uma charge, este artigo visa a refletir acerca tanto do estatuto da imagem na análise de discurso de linha francesa quanto da aplicação de conceitos da teoria - mormente os de pré-construído e de discurso-transverso - à materialidade (verbo)visual. Para atender a esse propósito, selecionamos uma charge do cartunista Latuff, que alude aos acontecimentos da noite de 04 de dezembro de 2012 em Porto Alegre, quando os manifestantes entraram em confronto com policiais militares do estado do RS. O protesto contra a alegada privatização do espaço público da cidade foi considerado um ato de vandalismo pela polícia.

Palavras-chave: Imagem. Pré-construído. Discurso-transverso.

Considerações iniciais

Esse artigo anela inter-relacionar o que julgamos questões latentes no atual estádio dos estudos em análise de discurso no Brasil. A primeira é que poucos objetos analíticos demonstram com tanta ênfase o funcionamento ideológico dos sentidos quanto as imagens. Seguidamente recolhidas à condição de evidências, tacitamente entendidas como consensuais ou transparentes, as imagens representam uma problematização instigante e profícua aos estudiosos da

Data de submissão: abr. 2013 - Data de aceite: ago. 2013

http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v9i2.3851

Doutora em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas – PPGL/UCPel, Pelotas, Rio Grande do Sul.

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas – PPGL/UCPel/ RS, Pelotas, Rio Grande do Sul. Professor do Instituto Federal Sul-rio-grandense de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSul/RS.

AD: como interrogar, discordar de ou mesmo desconstruir aquilo que todo mundo vê?

A segunda relaciona-se ao acerto da máxima pêcheuxtiana de que "o sentido pode ser sempre outro, mas não qualquer um". Esse sentido que sempre pode ser outro vem de lugares impensados, ou de lugares em que, consoante Lacan, não pensamos e, assim, somos. Se o processo ideológico é inoculado pela falha – e daí irrompe sua força ontologizadora, daí irrompem suas brechas de transformação -, o discurso do sujeito empírico sofre dessa mesma condição, instaurada pela condição dual do seu esquecimento. Não saber de onde vem o que diz; não saber exatamente o que diz. É nesse ponto que teorias da significação que advogam o sujeito como titereiro dos sentidos falha em explicar o chiste, o malogro enunciativo, a deriva.

Esse artigo visa, assim, a reparar um e outro aspectos a partir de uma charge em que a deriva é flagrada por meio da desconstrução do projeto enunciativo da posição autor, no exato ponto em que o efeito de militância, de criticidade na linearidade é traído pelo efeito transverso de um discurso retrógrado, com cujo atraso sustenta o riso. A charge é vendida como um instrumento de denúncia, uma crítica sagaz, como um texto de leitura rápida, como a possibilidade do lúdico e da subversão pelo humor, como discurso das ruas e a possibilidade do novo que esse texto traz. Talvez o grande ganho e a grande força analítica da análise de discurso sejam justamente, na contramão do que se pensa, desopacizar esses discursos velhos que se entremeiam, para poder dizer, na materialidade da pressa.

Sobre o objeto textual charge

O termo "charge" derivou do charger (em francês, carregar, exacerbar) e do italiano caricare (igual tradução), o que dá conta não apenas de haver um forte tom de crítica (ou sarcasmo) em sua gênese – reforçada pela ancestralidade comum entre a charge e a caricatura –, mas também de ser um indício da difusão das ilustrações satíricas na imprensa epocal europeia. Aliás, o papel dessas é bem ilustrado pela seguinte afirmação de Reichardt:

na época [em que] metade ou dois terços da população não sabiam ler ou liam muito mal, e viviam num mundo tradicional de comunicação oral, compreende-se como essas gravuras cumpriam um papel bem mais do que acessório. Junto com os veículos não escritos dos discursos públicos e canções, atingiam os homens e mulheres nas ruas nos termos de sua cultura oral ou semioral. [...] Essas gravuras eram ao mesmo tempo um meio de educação política e um testemunho de ideias populares. (1996, p. 310).

Herdeira dessa história, a charge, no formato com que hoje somente ocorre nos veículos midiáticos (quadro único), produz sentidos a partir de uma incisão às vezes bastante pontual em um fato da realidade (social, político, histórico etc.), o que lhe produz um forte efeito de sentido de identificação ou delimitação tempo-

ral. Ubíqua e tornada cadinho de forças sociais, entre cujos interstícios situa-se por força da indústria da informação, a charge torna-se um dos suportes textuais (dos quais um discurso sempre necessita para circular) mais interessantes para uma leitura rápida do quadro de forças de um dado recorte temporal. Nesse sentido, de volta a Flôres (2002), a charge funciona

como documento histórico, como repositório das forças ideológicas em ação, mas, também, como espelho de imaginário de época [...], que ao mesmo tempo projeta e reproduz as principais concepções sociais, pontos de vista, ideologias em circulação (p.10).

Atualmente, há quem faça distinção entre o cartum (texto atemporal, em que geralmente há crítica de costumes) e a charge (texto mais sensível às condições enunciativas de produção, especialmente às temporais). Esta, embora não necessariamente esteja vinculada ao campo discursivo político, mormente desse extrai ou produz os fatos cuja leitura proporá. É por se situar, como qualquer outro texto, em um interdiscurso no qual os sentidos que nessa se materializam, se produzem, que a charge, sob a égide da "leitura rápida" determinada por seu consumo ou circulação social, é visivelmente um texto lacunar. Cabe ao sujeito histórico que, naquela situação enunciativa, ocupa a posição-leitor restaurar o processo discursivo e mobilizar, corroborando ou refutando, o trabalho de leitura proposto pelo produtor da charge.

Dado o entrelaçamento recorrente no texto chárgico entre os campos discur-

sivos político e humorístico, facilmente percebemos uma tentativa de administração da leitura que oscila no modo como prevê ou determina a relação do leitor com os sentidos propostos, situando-o em um espaço de tensão entre a reversibilidade do tipo polêmico associado ao campo político (ORLANDI, 1999) e o jogo polissêmico com as fronteiras do verbal (e do visual) do tipo lúdico associado ao campo humorístico. Paralelamente, Nogueira afirma:

Com uma síntese dos acontecimentos filtrados pelo olhar de seus atentos produtores e a utilização de recursos visuais e linguísticos, a charge transforma a intenção artística, nem sempre objetivando o riso — embora o tenha como atrativo — em uma prática política, como uma forma de resistência aos acontecimentos (2003, p. 3).

Essa prática política (seja a declaradamente identificada a uma rede de saberes, seja a pretensamente neutra) muito é atinente ao modo como se entende o político no discurso: com base na própria inscrição do significante na ordem da história, isso é, da própria materialidade. Nessa linha, o sentido (e por extensão o sujeito) é político porque é radical e constitutivamente dividido, significando a partir de uma dada posição em uma dada rede na qual se alia a, ou confronta com, outras posições.

A configuração de uma prática artística do espaço de ludicidade, reconhecida prática política e, precipuamente, sítio de resistência parece-nos muito próprio às charges, baseado no que buscamos analisar como o interdiscurso determina

as formulações verbal e visual, atendendo aos sentidos (im)previstos por dois lugares de dizer. Eis a charge1 a que nos vamos dedicar a partir de agora.



O episódio aludido pela charge: protesto ou baderna?

Em 4 de outubro de 2012, manifestantes reuniram-se no Largo Glênio Peres, no centro de Porto Alegre, uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. O ato denominado "Defesa pública da alegria" havia sido organizado pelas redes sociais na internet e pretendia ser um protesto contra o que foi chamado pelos manifestantes de "privatização do espaço público de Porto Alegre". Outro protesto ocorrera no dia anterior após um show do cantor Tom Zé no Auditório Araújo Vianna, espaço que havia sido cercado após uma parceria da prefeitura de Porto Alegre com uma produtora cultural.

O Largo foi escolhido porque havia sido um dos locais em que a nova política de administração municipal do espaço público fazia-se mais evidente (com retirada de camelôs e suspensão de uma feira ecológica realizada aos sábados) e porque lá estava também o boneco do mascote da Copa (àquele momento, chamado de "tatu-bola"), que simbolizava para os protestantes uma forte interferência privada nas políticas do Poder Público, visto que era patrocinado por uma empresa de refrigerantes, cujos banners ornavam inclusive o portão da prefeitura.

Um forte aparato policial foi mobilizado, e houve confronto com os manifestantes (registrado pela imprensa em fotos como a apresentada a seguir). Restaram um policial e trinta manifestantes feridos, assim como ocorreram seis detenções. Houve nos dias seguintes ao fato repercussão na mídia impressa e especialmente nos sites de redes sociais. Seguiram-se protestos virtuais contra o que foi considerado uma reação exacerbada da polícia, levando o governador gaúcho a pronunciar-se sobre o fato.



Conflito de aparelhos em uma noite da capital gaúcha²

Um exercício teórico-analítico com a imagem em análise de discurso

Para empreender o gesto de leitura da charge, recorreremos ao que foi desenvolvido mais longamente em Quevedo (2012) sobre o conceito de imagem a partir dos princípios e procedimentos da análise de discurso. Inicialmente, diferenciamos a imagem concreta ou empírica, objeto de trocas sociais (fotografias, charges, ilustrações, pinturas etc.) e a imagem propriamente dita, isso é, a imagem produzida pelo nosso olhar e suportada pela imagem empírica.

A imagem que constitui nosso objeto analítico resulta de um trabalho discursivo de leitura a partir de um objeto empírico. Um trabalho realizado sempre por um sujeito histórico, que se atualiza no sujeito empírico/indivíduo, a partir de uma dada posição de interpretação e sob dadas condições de produção: condições a um só tempo discursivas e enunciativas. Para muito além de uma mera decodificação verbal ou visual, essa leitura sustenta-se em uma memória discursiva, a qual incide em um dado feixe de representações do imaginário no qual colige as evidências do que (re) produz. Conforme Pêcheux, a memória discursiva é o que

face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (1999, p. 52). Sendo assim, nosso objeto analítico aqui é a materialidade em movimento de um processo discursivo, o que nos parece melhor estabelecer a relação do sujeito – seja ele um leitor desprovido de dispositivo teórico de interpretação, seja ele analista – com a imagem do acontecimento a ser lido (visto). Para tanto, a imagem deve ser atravessada em sua opacidade historicizad(or)a; na memória em que se estabelece para aquela imagem-texto a condição do legível (visível) em relação ao próprio legível (visível).

Em outras palavras, a imagem precisa ser reparada, na acepção de que nos valemos ainda em Quevedo (2012). Se é nítido o funcionamento semântico de uma distinção entre ver e olhar - e o senso comum dos falantes nos parece ir de encontro ao estabilizado na literatura -, sentimos falta de uma expressão terminológica conceitual que trespassasse (malgrado sem negá-lo) o funcionamento ideológico do gesto de visualização. Assim, em oposição tanto a ver (o ato físico do exercício de uma faculdade sensorial) quanto a olhar (gesto de interpretação do visual que produz significação), o gesto de reparar, em sua dupla acepção, vai convocar o dispositivo teórico. O verbo "reparar" alude ao ver/olhar mais apurado que interroga o próprio ver/olhar, mas também ao reparar como sinônimo de restaurar; o que é o gesto de análise senão restaurar o processo discursivo que naturaliza efeitos de sentido, apagando na evidência o rastro da sua passagem?

Nesse ínterim, refutamos o senso comum de que todos veríamos uma

mesma imagem, apenas produzindo leituras diferentes, porque situamos o gesto de leitura já como a (e não na) própria imagem. O efeito de evidência da imagem é já a imagem a partir de outros discursos, e, se esse efeito de evidência é o mesmo a todos, não nos parece razoável pressupor, no âmbito da AD, que o consenso intersubjetivo (PÊCHEUX, 1995) esteja no objeto real situado fora do discurso, mas na origem dos olhares em uma mesma forma-sujeito histórica, cujos discursos performatizam, nomeiam e regulam esses objetos.

O que trataremos aqui por imagem é, incontornável e constitutivamente, um gesto de leitura, prenhe de História, a ser administrado por outros gestos de leitura. Em termos mais simplistas, o gesto de leitura do que o isso é e o gesto de leitura do como se deve ler isso que é. Reparada a opacidade do ver/olhar como prática de significação e desnaturalizada a evidência, o que resta é uma proposição contraintuitiva: a de que a imagem está sempre sobreposta à imagem concreta ou empírica com que nos deparamos no mundo semanticamente normal, como se fora uma película. A imagem empírica, por mais estranha que possa parecer a nós sujeitos empíricos, é a rigor um objeto inacessível.

Nesse sentido, postulamos que conceber a imagem nesses termos atende aos princípios da análise de discurso à medida que convoca o sujeito (em sua acepção histórica, discursiva) à produção da imagem, sendo-lhe radicalmente constitutivo. No prosaísmo do quotidiano ou em outras searas teóricas, é admissível a imagem consensual, transparente (ou mesmo portadora de alguma verdade inefável) tanto quanto um sujeito que a receba. No interior da AD, parece-nos mais acertado considerar que a imagem, enquanto objeto analítico, nunca é exterior ao sujeito histórico, assim como nunca é exterior ou anterior a uma prática discursiva.

No esteio desse raciocínio, devemos admitir que o que a imagem "mostra", o seu "visível", não é sua condição de verdade ou falsidade, nem lhe é intrínseco. O seu visível é historicamente (sobre) determinado pela formação discursiva a partir da qual o sujeito a produz. Se a FD determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1995), por óbvio que ela também determina o que pode e deve ser visto, e isso só significa pelo confronto com a presença-ausente do que ali não está, do que não pode ser visto.

A imagem, assim, longe de ser um enquadramento consensual ou mesmo pacífico do olhar, é, antes de mais nada, a projeção em um suporte textual de um olhar investido de História. Enquanto na imagem temos a administração do visível (ainda que em um processo que falha) pelas condições sociohistóricas de produção, na imagem empírica temos um sujeito que, com cujo olhar a produziu, performatizando isso é uma imagem, busca administrar — a um outro olhar, outro sujeito — a tensa zona de (in)visibilidades.

O que entendemos próprio ao dispositivo teórico-analítico da análise de discurso — e aquilo a que nos propomos aqui — é produzir um gesto de análise que desnaturalize a superposição da imagem à imagem empírica, desacomodando assim esse jogo de sentidos. Retomando a metáfora da película, nosso objetivo não é o de removê-la a fim de ver o que lhe está sob, mas é analisar-lhe a aderência inexata, tomando por princípio que ela é e não é a imagem, no sentido de que sob sua superfície resta o real inacessível.

À medida que os discursos circulam sob a condição de textos, resta inequívoca a relevância de considerarmos a produção da imagem como um processo de textualização. Se, como afirma Mariani (1998), "a fotografia organiza o flagrante", ousamos afirmar que o texto organiza a imagem, no sentido de que o efeito-texto produz e colige enquanto evidências materiais do legível uma gama de outros efeitos. Isso porque, embora, em seu âmbito discursivo, a imagem seja tecida em sua opacidade e equivocidade pelo apagamento das suas condições de produção, a imagem na condição de texto submete-se aos mesmos efeitos a que se submete o texto verbal. Assim, também a imagem se nos apresenta sob o efeito de completude, de fechamento, de coerência, de transparência, de inequivocidade etc. Reconhecê-los, sob a ressalva de não considerá-los próprios à imagem, cumpre importante papel no processo de reparar as condições enunciativas de produção.

Conforme desenvolvemos em Quevedo (2012), estabelecemos uma diferenca entre a imagem e a materialidade visual. Esta última alude, em nossa concepção, à inscrição na história de uma condição concreta de textualização. Sendo assim, não apenas imagens empíricas como fotografias ou charges têm materialidade visual, mas também a própria palavra escrita, no que não nos deixam mentir os designers, os publicitários ou os missivistas que, deliberadamente ou não, buscam impressionar com sua caligrafia. A materialidade visual da palavra escrita produz muitos sentidos, como elegância, esmero, azáfama, desleixo, hesitação etc. Sentidos esses que produzem um efeito de memória e que inclusive determinam de forma (im) prevista o trabalho de leitura do verbal (como a caligrafia apurada que pode ser lida como requinte ou pedantismo). É essa inscrição do visual (ainda que não em imagem) em uma historicidade que entendemos por materialidade visual.

Dito isso, consideramos haver, na charge, formulações verbais, visuais e verbo-visuais. Essas últimas referem-se à materialidade visual do verbal. Para analisar os componentes das formulações, recorreremos à noção de SD tanto para o que integra o verbal (as sequências discursivas) quanto para o que integra o (verbo-)visual (que chamaremos de secções discursivas). O uso do sintagma secção discursiva parece-nos apropriado em virtude de não apenas remontar, pela sigla (SD), a uma das

noções mais operacionais da AD, mas também de reiterar que o analista, longe de perceber a verdade do texto, produz tão somente um gesto de interpretação, constitutivamente eivado pelo dispositivo analítico. Um gesto de interpretação que incide no texto e que o secciona para, a partir desse corte, compreender o todo.

Outra noção bastante produtiva em AD para o tratamento analítico é a de enunciado, comumente tomada por sequência linguística de extensão igual ou superior à da frase que, em uma rede com outros enunciados, significa em sua dimensão histórica. Em virtude de que o enunciado verbal compõe as SDs (sequências discursivas) e que a materialidade do nosso texto é (verbovisual – razão pela qual trabalhamos com SDs na condição também de "secções discursivas" –, sentimos necessidade de recorrer à noção de enunciado visual.

Para Foucault (2002), um enunciado não é

nem sintagma, nem regras de construção, nem forma canônica de sucessão e de permutação, mas sim o que faz com que existam tais conjuntos de signos e permite que essas regras e essas formas se atualizem (p. 100), estabelecendo o que o autor chama de "jogo enunciativo", produzindo "efeitos de séries e sucessões", distribuindo "papéis" e "funções" (p. 114).

Parece-nos, em breve cotejo, que o enunciado a que alude Pêcheux corresponderia ao que Foucault trata por "formulação enunciativa".

Courtine (2009) revisitará a noção de enunciado na AD, constituindo uma producente divisão. A nocão foucaultiana será trazida à AD como "elemento de saber de uma FD" e será representada pela notação [E]. Esse Enunciado [E] aludirá à dimensão vertical do discurso (interdiscurso) e constituirá uma "forma [ou] esquema geral, que governa a repetibilidade no seio de uma rede de formulações" (2009, p. 99). Tal forma, ou Enunciado [E], regerá a atualização no nível da formulação (intradiscurso), constituindo uma rede de formulações possíveis para uma dada FD; em termos notacionais: R[e].

Baseados, pois, nessa leitura de Courtine, estamos entendendo aqui enunciado visual em uma dupla acepção, com diferentes notações. Tratamos um elemento, um constituinte da SD aquilo que chamamos de "parte significativa" ou "parte de significação" - como enunciado [e]. Na charge, temos, assim, como enunciados: os olhos do boneco e a sua língua para fora da boca. Isso é, elementos que integram as SDs e que fazem parte do que Pêcheux referia como "consenso intersubjetivo" ou "aquilo que todo mundo pode ver" (1995, p. 162 e 171). Já como Enunciado [E], teríamos, por exemplo, um saber retomado pelos enunciados [e], no âmbito de uma análise fundamentadora; no caso, a noção de prazer do boneco.

Gesto de interpretação da charge: primeiras configurações

Conforme metodologia que adotamos em Quevedo (2012), buscaremos aplicar às SDs as mesmas relações preconizadas por Courtine (2009) entre as FDs. especialmente as relações de aliança, oposição, subordinação ou desigualdade e aparente neutralidade. Para tanto. configuramos a seguinte disposição de SDs para esta charge: SD1, constituída por um enunciado verbal; SD2, pela representação do boneco mascote da copa; e SD3, pela do policial do POE (Pelotão de operações policiais). Notemos que, nas três, há uma materialidade verbo-visual, visto que o efeito de sentido é produzido pelo concerto entre enunciados visuais e verbais.

Em SD1, temos, pela formulação verbal, o que poderia ser chamado de "contextualização" da charge, ou em melhores palavras: as condições enunciativas de produção consideradas suficientes para mobilizar um trabalho de memória que sustente o gesto de interpretação do leitor. Em um texto peculiarmente sucinto e de referências temporais por vezes muito "perecíveis", como o são as charges, essa estratégia de situar o leitor deve ser muito precisa, pois, para a administração da leitura a ser feita pelo leitor, é fundamental que se forme o que Pêcheux chamava (ironicamente?) consenso intersubjetivo, no caso, um

reconhecimento consensual de a quem e a que se refere o texto.

Paralelo a esse efeito de memória factual, percebemos pistas que nos remetem à constituição de uma posição-sujeito. Observemos o enunciado verbal, que constitui a SD1:

> (i) Brigada Militar tenta ressuscitar boneco inflável da copa, esvaziado por manifestantes...

O uso da expressão "Brigada Militar" (BM), em contraponto ao hiponímico "POE" de SD3, produz um efeito de crítica mais eficiente ao poder público, visto que não particulariza a ação considerada excessiva do aparato policial, rechaçando atribuí-la a apenas um destacamento, mais eficaz em ações repressivas. Se a formulação visual de um policial do POE administra uma leitura de excesso policial, SD1 produz, no esteio hiperonímico, um efeito de crítica mais generalizante ao atribuir a ação à instituição da polícia militar gaúcha.

O uso do verbo "ressuscitar" mobiliza a memória de várias atribuições da polícia militar: promover ações de prevenção, combate e remissão dos riscos à vida. Paralelo ao deslizamento de sentidos de "ressuscitação" que ocorre no visual (e que discutiremos a seguir), percebemos um outro efeito de crítica à BM: sua suposta relação de servilismo (na acepção de servir) a um agente do capital (nesse ponto, a logomarca de um patrocinador significa fortemente em SD2 e a "coincidência" de cores entre a camiseta e o B de "Brigada" não o corroboram).

Mais adiante, pretendemos demonstrar que a crítica é ainda mais sarcástica, para o que contribui o uso do verbo "ressuscitar" em contraponto à formulação visual de SD2, que em nada parece remeter a alguém que esteja correndo "riscos". O estranhamento3 que se instaura entre as SDs sustenta dois trajetos de leitura: o do leitor que percorre as pistas da derrisão ao policial e o do analista que restaura a passagem de um discurso-transverso no qual se sustenta o que ali é linearizado.

Por fim, o uso do substantivo "manifestantes" parece-nos, já para aquém de sua relação com outros elementos verbais e visuais, configurar a posição--sujeito da qual se enuncia. O sentido do que ocorreu na noite de 4 de outubro no Largo Glênio Peres, por ser político como o é todo sentido, é dividido (ORLANDI, 1999). Em uma FD que chamaremos FDx (em que são reunidos os lugares discursivos do policial e dos que se manifestaram na rede em favor da ação da Brigada), houve um episódio deliberado de vandalismo e baderna. Já para uma FD que chamaremos FDy (em que são reunidos os lugares discursivos de alguns movimentos sociais e de pessoas que criticam a ação da Prefeitura de Porto Alegre e da Brigada Militar), o que houve foi a repressão exacerbada a um protesto legítimo e pacífico. Ao nominalizar aqueles a quem foi atribuída a desinflação do "boneco da copa" como "manifestantes", resta-nos indesmentível que o enunciador atualiza os saberes pertencentes à FDy.

Em SD2, percebemos uma formulação visual que produz um efeito de memória: o reconhecimento de que o boneco retratado é o mascote da Copa do Mundo (pelo formato e pelas cores idênticos ao boneco "real"). Na camiseta vermelha do boneco, percebemos um enunciado verbal que não apenas corrobora esse efeito de memória (adindo o patrocínio da iniciativa privada), mas que também suporta a produção de um outro efeito de sentido, que *a posteriori* defenderemos como eixo do dizer do enunciador: a crítica mordaz ao estreito relacionamento entre o capital (privado) e o poder público.

No que tange aos enunciados visuais [e], elencamos como mais significativos a posição do olho direito do boneco, sua língua para fora, os braços abertos e a elevação pélvica pela força do policial, bem como o seu ponto de inflação justamente coincidir, em sua representação antropomorfizada andrógena4 (frise-se a evidência visual do pino ou bico), com a posição do pênis. Todos esses enunciados [e], em relação de aliança, produzem um Enunciado [E] bastante evidente: o efeito de sentido de prazer sexual do boneco em reação à ação do policial. Ou, em um gesto de leitura transposto da charge para o ocorrido: o efeito de sentido do prazer/ contentamento do capital em reação à ação da polícia/poder público.

Em SD3, temos a representação de um lugar social: o do policial; mas, mais especificamente, o do policial de elite. O enunciado verbal "POE" mobiliza, em seu trabalho discursivo, a memória do que é um "pelotão de operações especiais" e da gravidade dos incidentes para os quais é chamado. Esse trabalho de leitura dialoga com (ou melhor, sustenta) o efeito de crítica do enunciador56: a intensidade para além do razoável na mobilização da força policial. Há enunciados visuais [e] que também se situam nesse duplo jogo: efeito de memória (formulação visual que de fato lembre ao leitor, pelo paramento, o POE) e suporte ao efeito de crítica (os coturnos, joelheiras, colete e capacete evidenciam o grau de resposta policial a um incidente que o enunciador entende não ter exigido tanto).

No entanto, há outros enunciados visuais [e] por que passam a construção de um efeito de crítica: a "ressuscitação" aludida por SD1 lembra o procedimento conhecido por "respiração boca a boca" (que significa por estar no lugar da massagem cardíaca) em um pino na posição pélvica (que significa por simular o emblema adâmico); já a intensa ruborização do policial e as gotas de suor produzem um Enunciado [E] de esforco. Em concerto, tais enunciados e as duas SDs produzem um efeito de memória (o da prática sexual da felação), assim como configuram uma relação de desigualdade ou subordinação de SD3 em relação à SD2, pois é o policial que proporciona "prazer" ao boneco.

As (im)previsibilidades da derrisão e da deriva

Baseando-nos no que desenvolvemos antes, temos que, nesta charge, é administrada uma leitura que atualiza os saberes da FDy. Na exterioridade específica dessa FD, confrontam-se ou se aliam diversas representações de polícia. Esse interdiscurso funciona na "linearidade" por meio de pré-construídos (recortes do imaginário que dialogam com recortes de outras FDs — essa condição de recorte é o que permite, a nosso ver, que o pré-construído seja suportado pela FD apesar de sua "objetividade material contraditória"7) e por meio de discursos-transversos, com os quais o interdiscurso lineariza os objetos que ele mesmo dá, enquanto pré-construídos (PÊCHEUX, 1995).

Assim, temos, no e pelo concerto das SDs, um pré-construído da FDy que sustenta o que ali é dito: a representação do funcionamento opressivo do aparelho policial (ou do poder público) a serviço do capital. As formulações verbais e visuais desse texto chárgico materializam essa memória e significam a partir do confronto com outras representações do policial, seja a mais edulcorada (que advoga a neutralidade dos aparelhos repressivos de estado no jogo de forças da sociedade), seja a que justifica supostos eventuais excessos em nome do bem da coletividade e do restabelecimento da "ordem". No entanto, a produção do efeito de crítica gera um estranhamento ao recorrer à formulação visual de um ato sexual. Se partirmos da concepção pêcheuxtiana de como funciona o interdiscurso, essa charge oferece-nos um problema analítico interessante.

Em termos mais precisos, cabe, pois, indagarmo-nos: em que e por que a prática de felação sustenta aqui a produção do sentido de servilismo, seja do

aparelho policial seja do poder público, ao capital privado? A que discurso-outro o trabalho discursivo da leitura proposta recorre e como suporta o efeito previsto de escárnio? Qual lugar de dizer produz o sentido de que a felação é uma relação de desigualdade e o avaliza, atualizando-o naquela linearidade significante?

Parece-nos funcionar aqui o interdiscurso do discurso-transverso que, ao concertar visualmente o pré-construído do aparelho policial servil ao da prática da felação como uma relação sexual desigual, atualiza representações de um outro discurso. No caso, de um discurso machista, ou mesmo homofóbico, sobre a sexualidade, cuja representação do ato de felação implica uma dessimetria de *status* entre duas pessoas: rebaixa-se quem a faz; enaltece-se quem a recebe8. É esse lugar de dizer que produz e autoriza a leitura do rebaixamento policial em relação ao boneco.

Se, em uma operação de dessuperficialização por meio de alterações contextuais, trocássemos o enunciado visual da posição do ponto de inflação no boneco por um outro (na boca, por exemplo), ainda teríamos a produção de um sentido de servilismo, mas o discurso-transverso seria outro (discurso sobre o amor), produzindo outras leituras (e.g. de um hipotético "romance" entre a polícia/poder público e a iniciativa privada). Nessa hipótese, manter-se-ia a crítica ao aparelho policial, todavia a intensidade de escárnio seria consideravelmente menor.

Uma outra questão teórica não menos interessante é em que ponto trespassam-

-se um discurso sobre a sexualidade e um discurso crítico à polícia que temos. Se a finalidade prevista é o escárnio, que saber ou objeto discursivo sustenta a remissão de um discurso ao outro? Pensamos aqui que mais uma vez as categorias elencadas por Courtine (2009) para a relação entre FDs, e que nos foram úteis também para SDs e enunciados, mostram seu poder operatório (QUEVEDO, 2012).

Em ambos os discursos, temos como saber a representação de uma relação de desigualdade/subordinação. No discurso crítico à polícia, essa relação constrói a representação de inerência e recorrência da opressão à atividade policial, justificando, legitimando e mobilizando ações de resistência ou crítica. Já no discurso machista, a opressão não é uma referência construída discursivamente em sua explicitude (é antes velada ou silenciada), mas não resta de todo elidida de uma relação naturalizada como dessimétrica: há uma estratificação dos status e dos papéis. Convém lembrarmos que, no discurso machista de até pouco tempo (ou mesmo no atual), o ato da felação era interditado à esposa, sendo representado como "impuro" e reputado como próprio de uma "mulher da vida".

Dessarte, em um e em outro discursos, é no entorno do desnivelamento entre os lugares (polícia/povo; homem/homossexual-mulher) que gravitam saberes e estratégias argumentativas. Pensamos ser esse o enlace entre ambos. Autorizada a remissão a um discurso tão caro às estratégias de vilipendiação do

outro⁹, o efeito de escárnio exemplificado ganha em intensidade. Nesse ínterim, a formulação visual de um policial e não de uma policial cumpre duplo papel.

Primeiro, porque submete à derrisão um dos saberes caros à FDx: a virilidade da força policial. Como esse saber não necessariamente é comungado pela FDy, é possível conjecturarmos sobre uma parte mais esconsa do projeto do enunciador: ao prever a circulação do texto também entre os policiais e ao recorrer a uma estratégia de antecipação que em termos notacionais corresponderia a Ia[Ib(b)], o efeito de escárnio revela-se ainda mais eficiente: não se destina apenas ao sujeito da FDy, que ri do policial, mas ao próprio policial, que se depara com uma formulação que não corresponde ao imaginário de sua autorrepresentação.

Ao ressignificar esse saber de virilidade, atualizando-o a partir do movimento de identificação entre os lugares do policial e do homossexual, o fim que interpretamos como previsto é atingido (o do escárnio ao policial). No entanto, opera como resto a mesma estratégia argumentativa falaciosa, com que se circunscreve o lugar do homossexual em nossa sociedade. Na textualização de um evento e de uma crítica os quais não lhe eram diretamente atinentes (não era um ato de protesto/vandalismo de ou contra homossexuais), o lugar do homossexual é estranhamente (?) convocado como peça de uma estratégia de deboche ou humilhação. Assim, embora não lhe seja dirigido, o escárnio também o atinge.

Segundo, pois se propõe a administrar o silenciamento ou invisibilidade de efeitos de sentido machistas, como o do suposto despreparo das policiais do POE ou mesmo de uma hipotética venialidade que afetaria seu profissionalismo. No entanto, esse discurso machista negado na superfície é, na verdade, denegado em essência, uma vez que é sub-repticiamente convocado a sustentar o sarcasmo dirigido à instituição. Isso porque, malgrado não haja a formulação da mulher no texto - seja como policial, seja como um boneco feminino -, o lugar de quem pratica a felação é ressignificado enquanto papel menor nos jogos de alcova. Sendo esse o papel biologicamente possível à mulher (a formulação visual do pino, associada à do policial masculino, parece-nos congelar a possibilidade da remissão à prática da cunilíngua¹⁰), o lugar dessa não resta incólume ao efeito sarcástico textualizado.

Assim, pensamos ter chegado ao ponto fulcral de nossa análise. O machismo (homofóbico), recalcado na superfície do texto, retorna no e sob o dizer. À revelia dos sujeitos empíricos e suas ditas intenções, o que há são sujeitos (históricos) constituindo e/ou atravessando seu dizer; velhos discursos irrompendo, retornando sob a indefectível brecha do falho processo ideológico. Se, como afirma brilhantemente Pêcheux, em semântica e discurso, os lábios moventes dão a impressão de que os sujeitos empíricos são os donos de seus novos velhos discursos, ousaremos a extensão

da metáfora aos olhos: é pelo movimento dos nossos olhos que temos a impressão de que estamos vendo novas velhas coisas por nós mesmos.

Considerações finais

Para a análise aqui proposta, cumpre observarmos, no jogo das diferentes formas de ler (PÊCHEUX, 1982), a naturalização ao leitor do que é lido (que relega um preconceito ao silenciamento ou à invisibilidade) versus o estranhamento de a crítica à instituição passar por um juízo de valor no campo da sexualidade humana. Nesse ínterim e como ponto de partida à análise, cumpriu opimo papel a pista do estranhamento (ERNST-PE-REIRA, 2009), uma sempre promissora e profícua porta de acesso ao processo discursivo, que administra o jogo das (in)visibilidades.

Evidentemente, não se está a propor aqui uma crítica ao cartunista (o indivíduo não é objeto analítico da AD), mas ao sujeito histórico que nesse se realiza e, deliberada ou inconscientemente (parece-nos que seja o segundo caso), vetorizou naquele texto discursos latentes em nossa sociedade, restando em relação de estranha aliança com saberes advindos de discursivos conservadores. reacionários ou mesmo discriminatórios. No entanto, embora esse dizer esteja aparentemente fora do que é dito (embora seja um não dito que significa pelo efeito de sua presença-ausência), é no que é dito que esse dizer é atualizado como um *echapéé*, que funciona à revelia do sujeito que o avaliza. Ou, se nos cabe a relação do materialismo histórico com a psicanálise, à revelia do sujeito ideológico que ri do lugar onde não pensa (estar).

Por esse motivo, um dos grandes acertos da teoria da AD é produzir um dispositivo teórico-analítico que dê conta não das intenções de um sujeito individual (das quais nem mesmo ele poderia se dar ao luxo de arrogar qualquer certeza), mas de um funcionamento de sentidos que constitui, e no/pelo qual se reconhece, um sujeito histórico.

Preconstructed and transverse discourse: derision tools in a Latuff's cartoon

Abstract

Through the analysis of a cartoon, this article seeks to reflect on both the status of the image in French line Discourse Analysis and the application of theoretical concepts especially preconstructed and transverse discourse - to the (verb)visual materiality. To meet this purpose, we selected a cartoon by cartoonist Latuff, which alludes to the events of the night of December 4, 2012 in Porto Alegre, when protesters clashed with military police of the RS State. The protest against the alleged privatization of the public space of the city was considered an act of vandalism by the police force.

Keywords: Image. Preconstructed. Transverse discourse.

Notas

- Disponível em: http://latuffcartoons.wordpress.com/2012/10/05/charge-valorosa-brigadamilitar_tenta-salvar-mascote-da-copa-em-porto-alegre/>. Acesso em: 20 jan. 2013.
- Disponível em:<http://diariocatarinense. clicrbs.com.br/sc/policia/noticia/2012/10/manifestantes-atacam-mascote-da-copa-do-mundode-2014-em-porto-alegre-3907626.html>. Acesso em: 20 jan. 2013.
- Pista analítica, conforme nos demonstra Ernst--Pereira (2009).
- ⁴ Frise-se ser "andrógena" e não "andrógina".
- Estamos entendendo enunciador como uma posição de enunciação, isso é, o sítio de dizer virtualmente ocupado por mais de uma posiçãosujeito.
- Tomado aqui como uma espécie de posição que reúne diversas posições materializadas na linearidade.
- Conforme desenvolvemos em outro artigo a ser publicado.
- Parece-nos que a formulação verbal "Chupa!", recorrente, por seu duplo sentido, em discursos de humor ou de escárnio, é urdida e significada no mesmo processo de produção de sentido. Um exemplo clássico é o do vitoriano desabafo do jogador Maradona, após uma vitória, aos críticos do seu trabalho de então na seleção argentina de futebol: "A los que no creyeron, con perdón de las damas, !qué la chupen! Qué la sigan chupando." Disponível em: http://www.notasdefutbol.com/default/maradona-que-la-chupen-que-la-sigan-chupando>. Acesso em: 12 jun. 2013.
- ⁹ Basta observamos o atual teor de muitas falácias ad hominem.
- O discurso machista é disciplinador das práticas sexuais a ponto de dividir o objeto discursivo "sexo oral" segundo a dessimetria dos lugares de homem e mulher. Enquanto no ato da felação, há status bem diferentes atribuídos aos polos "ativo" e "passivo", no ato da cunilíngua, tal dessimetria se desfaz: o homem não é rebaixado ao assumir o lugar de quem pratica o ato. É antes, talvez, alçado à posição de um verdadeiro amante, preocupado com o prazer da parceira.

Referências

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P...[et al.]. *Papel da memória*. Tradução: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. COURTINE, J. J. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCar. 2009.

ERNST-PEREIRA, A. A falta, o excesso e o estranhamento. Seminário de Estudos em Análise do Discurso. UFRGS, 2009. Disponível em: http://www.discurso.ufr-gs.br/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2011.

FLÔRES, O. A leitura da charge. Canoas: Ulbra. 2002.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa*: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Ed. Revan; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998.

ORLANDI, E. P. Análise de discurso. Princípios e procedimentos. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. "Ler o arquivo hoje". In: OR-LANDI, Eni Pulcinelli et al. (Orgs.). *Gestos de leitura*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1982. p. 55-66.

_____. Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de Eni P. Orlandi (et al.). 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (et al.). Papel da memória. Trad. de José H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

QUEVEDO, M. Q. de. Do gesto de reparar $a(\grave{a})$ gestão dos sentidos: um exercício de análise da imagem com base na análise de discurso. 2012. 253f. Dissertação. (Mestrado em Letras - Linguística Aplicada) Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.

REICHARDT, R. Estampas: imagens da Bastilha. In: DARNTON, R.;ROCHE, D. (Org.). *A revolução impressa*: a Imprensa na França, 1775-800. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 310.